

INTEGRAÇÃO FALA/ESCRITA: UM CAMPO A EXPLORAR

Letícia Corrêa Bitencourt Bianchi (Autora)¹

Jane Naujorks (Orientadora)²

Resumo: O presente artigo discute o que teóricos dizem ser “trabalho sobre oralidade e escrita” em sala de aula, o que propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a este respeito e como algumas atividades podem levar o professor a mostrar aos seus alunos as diversas possibilidades de expressão na sua língua e com eles interpretar e produzir textos. Para isso, apresentar-se-ão teorias sobre a integração fala/escrita para em seguida propor atividades que partirão da própria realidade do aluno. Tais atividades serão baseadas nos pressupostos teórico-metodológicos dos PCNs, para mostrar que o estudo da variação entre as modalidades oral e escrita cumpre um papel muito importante na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar presente nas atividades de Língua Portuguesa. Não se pretende apresentar uma vasta bibliografia a respeito do trabalho sobre oralidade e escrita, tampouco esgotar o assunto sobre o ensino de tal temática, mas a intenção é fomentar as discussões acerca do tema, que deveria ser tratado com bastante atenção, e orientar os professores para um trabalho mais efetivo sobre o assunto.

Palavras-chave: Integração; fala; escrita; PCNs.

Introdução

A ideia para este artigo surgiu após lecionar durante seis anos em escolas da rede pública municipal da Região Metropolitana de Porto Alegre e verificar a questão da excessiva marca da oralidade ainda presente nos textos de alunos das séries finais do Ensino Fundamental.

Estas marcas se fazem presentes nas produções textuais dos alunos, os quais transportam a fala para a escrita, tendo em vista a pouca familiaridade com esta última. O que ocorre é que não existe na escola esta distinção entre linguagem escrita e linguagem oral, por isso os alunos não entendem que estas linguagens se distinguem no uso (FÁVERO *et al.* 2011:13).

Diferentemente da aquisição da língua em sua modalidade oral, que ocorre de maneira informal, a aprendizagem da escrita ocorre, principalmente, a partir de uma

¹ Aluna do curso de Especialização em Gramática e Ensino de Língua Portuguesa – UFRGS. Professora de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Gravataí/RS. Técnica em Assuntos Educacionais – UFRGS. E-mail: leti300@yahoo.com.br.

² Professora da 8ª edição do Curso de Especialização em Gramática e Ensino de Língua Portuguesa – UFRGS.

instrução formal, uma vez que o oral e o escrito não têm as mesmas regras de utilização, ou seja, escrever um texto não é simplesmente transpor os fonemas em grafemas.

É preciso conhecer as singularidades de uso das modalidades oral e escrita e, para isso, tem-se que realizar um trabalho longo e complexo. Para tal trabalho ser realizado, é preciso trazer, para a sala de aula, a oralidade de cada aluno e, a partir desta, promover uma aproximação do aluno com a escrita, pois o ensino deve proporcionar a inclusão deste no universo da linguagem, oral e escrita.

Este trabalho visa ao estudo do tratamento da oralidade nas produções escritas, para orientar professores de Língua Portuguesa, pois “a escrita tem sido vista como de estrutura complexa, formal e abstrata, enquanto a fala, de estrutura simples ou desestruturada, informal, concreta e dependente do contexto”, de acordo com Fávero (2003: 9). Por isso é necessário que se dedique ao ensino da oralidade o mesmo tratamento que é dado à escrita.

Espera-se, como resultado desta pesquisa, que os professores de Língua Portuguesa orientem seus alunos a escreverem, pois escrever é uma habilidade que se aprende e se aprimora com o uso de técnicas e com uma prática contínua.

1 Linguagem: Oral e Escrita

Que tipo de valorização se dá à escrita e à oralidade na vida diária? Seja qual for a resposta, ela deve partir do pressuposto de que a oralidade e a escrita são fundamentais, são duas maneiras de as pessoas praticarem seus discursos no dia-a-dia, sem que uma seja mais importante do que a outra. Cada uma tem o seu lugar, são práticas discursivas que são complementares, por isso não concorrem, não competem entre si (MARCUSCHI, 2009), porém o ensino da escrita sempre se sobrepõe ao da oralidade na escola.

Embora o sistema linguístico seja o mesmo para as modalidades escrita e oral, cada uma delas tem sua própria maneira de se organizar, desenvolver e transmitir informação, o que permite que sejam tomadas como fenômenos específicos, conforme Marcuschi (1993: 4).

A fala é uma maneira de representação da língua e a escrita é outra. A primeira tem sua representação fônica e a última, gráfica, ou seja, a escrita não é uma representação da fala, são duas práticas discursivas.

A escrita tem um caráter de afastamento, enquanto a oralidade de aproximação, por exemplo, se alguém falar, por mais que não se veja quem está falando, com certeza se conseguirá dizer muitas coisas sobre quem falou: a idade, o sexo, a origem, o grau de escolarização. Já na escrita não se percebe tais considerações sobre o escritor.

Muitas vezes encontram-se teorias que dizem que a fala é contextualizada e a escrita descontextualizada, porém não é verdade. Tanto uma como a outra são contextualizadas, sempre é necessário um contexto para que se possa entender. O que realmente só a fala tem é a “situacionalidade”. A fala tem um envolvimento situacional, em que se pode apontar, fazer um sinal, enquanto que na escrita isso não pode acontecer. Na fala, há um grande conjunto de elementos simbólicos que não podem passar para a escrita, por exemplo, a gestualidade, o tom de voz, a velocidade, a pausa. Conforme afirma Marcuschi:

(...) a escrita não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, entre outros. Em contrapartida, a escrita apresenta elementos significativos próprios, ausentes na fala, tais como o tamanho das letras, cores e formatos, elementos pictóricos, que operam como gestos, mímica e prosódia graficamente representados (MARCUSCHI, 2010, p. 17).

As modalidades oral e escrita da linguagem apresentam uma isomorfia parcial, segundo Kato (2002:30), porque fazem a seleção a partir do mesmo sistema gramatical e podem expressar as mesmas intenções. A distinção entre fala e escrita vem sendo feita, muitas vezes, de maneira simplista e as posições continuam preconceituosas em relação à oralidade.

O que realmente determina suas diferenças são as condições de produção, tais como: a dependência contextual, o grau de planejamento e a submissão consciente às regras prescritivas convencionalizadas para a escrita, por exemplo, a escrita é menos dependente do contexto situacional, permite um planejamento mais cuidadoso e é um produto permanente. A seguir, tem-se um esquema organizado por Fávero *et al.* (2003:74) que exemplifica as distinções entre as modalidades oral e escrita:

Quadro I

Fala	Escrita
Interação face a face.	Interação a distância (espaço-temporal).
Planejamento simultâneo ou quase simultâneo à produção.	Planejamento anterior à produção.

Criação coletiva: administrada passo a passo.	Criação individual.
Impossibilidade de apagamento.	Possibilidade de revisão.
Sem condições de consulta a outros textos.	Livre consulta.
A reformulação pode ser promovida tanto pelo falante como pelo interlocutor.	A reformulação é promovida apenas pelo escritor.
Acesso imediato às reações do interlocutor.	Sem possibilidade de acesso imediato.
O falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do interlocutor.	O escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor.
O texto mostra todo o seu processo de criação.	O texto tende a esconder o seu processo de criação, mostrando apenas o resultado.

(Fonte: FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V.; AQUINO, Zilda. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 74)

A partir do quadro apresentado, é possível inferir algumas das diferenças entre fala e escrita, e isso deve ser demonstrado ao aluno, para que aprenda a identificar a riqueza e variedade dos usos da língua. É imprescindível mostrar como há distinção entre as linguagens falada e escrita e que há diferentes níveis tanto de fala quanto de escrita, ou seja, diferentes graus de formalismos.

O professor precisa mostrar também que fala e escrita não podem ser dissociadas e que elas se influenciam mutuamente, por isso, se faz de extrema importância o trabalho sobre o ensino da oralidade e da escrita juntas em sala de aula. Pode-se afirmar que hoje é praticamente consenso que as práticas devem partir do uso para permitir a conquista de novas habilidades linguísticas. Sendo assim, a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção.

Muito se fala sobre o ensino de oralidade e escrita no Brasil, mas ainda é um campo a ser explorado, pois a atenção reservada ao estudo da escrita e da oralidade é muito pouca. O tempo dedicado a esse tema é insignificante, comparado com aquele que os professores de Língua Portuguesa gastam com questões relacionadas à ortografia, à acentuação e às regras gramaticais de concordância e regência.

Nos PCNs (1998:18), é abordado que uma das características que empobreciam o ensino de língua materna era a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão. Este documento (p. 19) configura-se como sendo uma síntese do que foi possível aprender e avançar nas últimas décadas, em que a democratização das oportunidades educacionais começa a ser levada em consideração em sua dimensão política, e isso influi positivamente no que diz respeito aos aspectos intraescolares.

“O aluno chega à sala de aula com sua competência comunicativa já bastante desenvolvida” (MARCUSCHI, 2008: 68) e, por isso, o dever da escola não é ensinar o que ele já sabe e nem desvalorizar ou reprimir as capacidades de interação que ele tem, mas é fazer com que este aluno consiga aprimorar as habilidades que já possui.

Devem ser oferecidas, ao discente, possibilidades para que use a língua em diferentes formas de comunicação escrita e oral, priorizando o contexto da compreensão, produção e análise textual de textos diversos e, principalmente, de textos produzidos pelos próprios alunos, para que estes entendam o funcionamento da língua em suas diversas modalidades.

O dever da escola também é tornar seu aluno um escritor competente, ou seja, um sujeito capaz de expressar-se com habilidade e de saber quando seu texto ainda não está realmente adequado para a situação a que se propõe.

Vygotsky (2007:128) afirma que alunos escrevendo são como crianças desenhando, pois estas, quando estão aprendendo a desenhar, têm que explicar os seus desenhos, pois ninguém entende. Os alunos, em relação às produções textuais, comportam-se da mesma maneira. Quando se pergunta algo, explicam o que está escrito. Então, o professor deve estimular seus alunos a escreverem de forma que o texto fique claro o suficiente, mas para isso é preciso rever as práticas de ensino da língua para que os alunos percebam as diferenças entre a escrita e a fala e assim saibam utilizá-las de acordo com o contexto.

Considerando essas afirmações de estudiosos no assunto, verifica-se o quanto se faz necessário o ensino da oralidade e da escrita, por vezes tão esquecida pelos professores. Tal área é mais relevante para os alunos do que simplesmente o estudo das regras gramaticais, pois com a integração fala/escrita começa-se uma construção de usos reais da Língua Portuguesa.

2 Propostas de Atividades

A partir da década de 80, muito se fala sobre a integração fala/escrita no ensino de Língua Portuguesa, porém permanece ainda a distância entre o que já foi produzido e o saber transmitido. É objetivo, então, desta seção, apresentar algumas propostas didáticas para o ensino da oralidade e da escrita em sala de aula, para que não se fique somente na superficialidade de pedir que os alunos passem os textos coloquiais, que são apresentados nos livros didáticos, para um texto formal e com isso achar que se está desenvolvendo um estudo sobre oralidade e escrita.

Todo profissional da educação deve sempre inovar com recursos didáticos que auxiliem na prática pedagógica. Tal postura se encontra relacionada ao fato de que os educandos atualmente se mostram cada vez mais desinteressados com o contexto escolar, fazendo-se necessário chamar sua atenção com propostas que venham ao seu encontro.

A seguir, são indicadas atividades com textos poéticos, histórias em quadrinhos e adaptação de notícias, para que os alunos sejam orientados a construírem, progressivamente, estratégias de manipulação e processamento de textos escritos e orais com propriedade. As atividades propostas seguiram, em parte, o que os PCNs propõem que seja realizado no ensino de Língua Portuguesa e também o que autores, que serão citados posteriormente, propõem.

2.1 O Texto Poético

As propostas, que serão sugeridas para se fazer análise linguística de poemas, são apenas algumas das diversas formas de se trabalhar de maneira diferente e motivadora com poemas em sala de aula. O que se quer fazer, a partir das sugestões didáticas, é demonstrar aos professores de Língua Portuguesa que é possível mostrar aos alunos certas sutilezas linguísticas que determinados poemas possuem.

Alguns recursos linguísticos orais, muito usados na fala cotidiana, fazem parte do rol dessas sutilezas. Muitas marcas orais estão presentes em textos de alguns poetas, como Manuel Bandeira, Manuel de Barros, Ferreira Gullar, Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade, de acordo com os estudos de Negreiros (2003).

A primeira sugestão é que se faça uma análise do uso do vocabulário oral dos poemas. Vocábulos populares, característicos da língua falada, podem ser facilmente encontrados nos poemas de autores do Modernismo e da contemporaneidade. Exemplos de expressões próprias do discurso oral utilizadas em poemas são: “não sei quê”, “uma coisa assim”, “não sei onde”. Também é comum a ocorrência de expressões idiomáticas e elementos gírios como: “é fogo”, “suar pra burro”, “dá duro”, “ficou pregado no chão”, “custa os olhos da cara”.

Outra sugestão que se tem é que se explore o uso da sintaxe oral, muitos aspectos são recorrentes como, por exemplo, as repetições, as paráfrases, a presença de parentéticas, de cortes e de correções. O uso do discurso oral é outro ponto a se averiguar, considerando aspectos como a disfluência discursiva, os diálogos orais e a autoridade no discurso.

Alguns questionamentos para se fazer aos alunos são sugeridos baseados nos estudos de Negreiros (2011:77):

- Vocês usam algumas das marcas orais apresentadas nos poemas? Com que frequência? Em quais situações?
- Qual a finalidade dessas marcas no texto poético? O que elas representam? Qual o sentido dessas marcas no poema?
- Quais as diferenças entre o uso dessas marcas no texto poético e o uso dessas marcas na fala do cotidiano?
- Qual a opinião de vocês ao perceber essa linguagem do cotidiano presente nos poemas?
- Os assuntos abordados nos poemas são coerentes com os usos linguísticos orais empregados?

Muitos outros questionamentos podem ser realizados, para que se dê oportunidade aos alunos de se transformarem em sujeitos-leitores conscientes de sua linguagem e dos sentidos que esta permeia.

2.2 As Histórias em Quadrinhos

As histórias em quadrinhos contêm recursos muito ricos de representação da oralidade. Segundo Paulo Ramos (2011:80), nessas histórias, podem-se ler diferentes recursos da língua falada adaptados para a linguagem dos quadrinhos como, por

exemplo, mudança de tonalidade, uso dos balões para indicar fala, trecho dito em voz alta e assim por diante. O uso de elementos da língua falada vai variar de história para história, mas estarão presentes em maior ou menor grau.

Para se analisar os mecanismos de representação da fala na linguagem dos quadrinhos, é importante que se faça observando os balões sob dois aspectos: sua parte externa e sua parte interna.

No que se refere à parte externa dos balões das histórias em quadrinhos, é interessante explorar as suas formas com os alunos, pois muitas vezes o sentido é depreendido através de tais recursos: balão de fala, de pensamento, de voz baixa ou alta, balões que sugerem que a voz vem da televisão ou do computador, entre outros.

Já quando se trata da parte interna, pode-se observar o seu conteúdo, o assalto de turno, repetição de palavras, vogais ou consoantes, os prolongamentos de sílabas ou truncamento, pausas ou hesitações, e a alteração da tonalidade da voz também pode ser observada na parte interna.

Outro ponto importante a se analisar é a caracterização da fala das personagens para verificar se é verossímil o léxico escolhido ou se é contraditório, considerando o perfil do personagem, ou seja, um personagem criança falando como adulto seria considerado contraditório em uma história em quadrinho. A variedade dos níveis de fala pode ocorrer por diversos motivos: posição geográfica, idade, sexo, nível de escolarização, profissão. Cabe ao professor e aos alunos fazerem a análise e a identificação destes níveis.

Após as análises serem feitas, o ideal é que se incentive os alunos a realizarem leituras autônomas na biblioteca, onde irão escolher histórias em quadrinhos de temas diversos. A partir das leituras realizadas, pode-se sugerir que os estudantes criem suas próprias histórias. Para a construção das histórias em quadrinhos, o professor pode fazer os seguintes questionamentos para levar o aluno a uma reflexão antes da produção:

- Que tipo de personagem será criado?
- Que recursos verbais serão utilizados?
- Qual nível de fala dos personagens?
- Como será a condução da história?
- Que papel o uso dos balões terá?

As propostas sugeridas, longe de esgotarem todas as possibilidades de se trabalhar com histórias em quadrinhos, são apenas para evidenciar como tais recursos da

língua falada se manifestam neste gênero e como estes podem ser úteis para discussões a respeito da oralidade.

2.3 A Adaptação de Notícias

Um trabalho efetivo e que tenha ligação com o contexto em que o aluno vive pode e deve ser realizado em sala de aula. Os PCNs de Língua Portuguesa propõem que cabe ao professor:

(...) planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem (BRASIL, 1998, p. 22).

Para isso, a sugestão que se tem é realizar um trabalho de adaptação de notícias, em que se retire de jornais de grande circulação da região textos com as principais notícias para que os alunos realizem uma adaptação, não simplesmente para uma linguagem informal, que é o que se costuma realizar nas escolas quando se acha que se está trabalhando com a oralidade. O ideal é que se peça aos discentes uma adaptação com as seguintes regras:

- Se a notícia retirada do jornal fosse divulgada em um programa de TV, como a divulgariam caso o programa fosse:
 1. Globo Repórter;
 2. Brasil Urgente;
 3. Jornal Nacional;
 4. CQC;
 5. TV Fama.
- Organizem uma apresentação oral, a partir da notícia escolhida, que contemple um dos programas citados. A leitura da notícia deverá ser feita para a turma antes da apresentação.

Este é um exemplo de atividade em que se podem verificar com os alunos as variações provocadas pelas condições de produção e uso da linguagem, já que a escola é um lugar de interação privilegiado, um espaço em que circulam múltiplas linguagens, e em que seus usos interagem de maneira intensa e complexa, de acordo com as teorias de Elias (2011:8). Para complementar, tem-se o que os PCNs dizem ser o papel da escola no que se refere ao ensino de oralidade:

(...) cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la (BRASIL, 1998, p. 25).

O que o documento propõe é correto, quando afirma que cabe à escola orientar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas, como, por exemplo, realização de entrevistas, debates, seminários e apresentações teatrais, abrindo para outras possibilidades também, para não dar a entender que a função da escola é apenas treinar o aluno para situações de falas ensaiadas, pois todas as que foram sugeridas não são oportunidades de fala livre.

O papel da escola é oferecer ao discente não somente este treino de “apresentações públicas”, mas, sim, o uso da língua em diferentes formas de comunicação escrita e oral que ele conheça ou que ainda não conheça.

Muito se discute sobre a integração fala/escrita em sala de aula. Os PCNs, com certeza, são um início para começar a se pensar sobre tal assunto, mas o professor ainda continua sem saber exatamente como trabalhar essa integração, necessitando de mais pesquisas sobre este tema.

Considerações Finais

A língua, segundo Marcuschi (2010:32), é bimodal, ou seja, constitui-se de duas modalidades: oral e escrita. Quando se trata do ensino de oralidade, o objetivo é que o aluno faça a adequação dos usos linguísticos, de acordo com o contexto comunicativo. A variedade padrão deverá ser apresentada como uma opção diferente de expressão a ser empregada em novos contextos enunciativos, sem a intenção de substituir a variedade do aluno, porque o principal objetivo de propor-se a um aluno uma produção textual escrita é que ele aprenda a escrever, e não que mude o seu jeito de falar.

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são, de acordo com os PCNs (1998:19), condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura.

Todos os procedimentos, realizados na aula de Língua Portuguesa, precisam estar incorporados à produção textual. A elaboração de textos é sempre uma boa opção para se discutir a respeito da escolha de vocabulário e de suas implicações. Não se quer estimular o uso de palavras difíceis, mas sim fazer a chamada “análise linguística”, tão falada nos PCNs, e apreciar as escolhas em função da situação interlocutiva e dos efeitos de sentido que se quer produzir.

É preciso estar consciente de que o aluno deve ser um sujeito capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução, já que agindo assim demonstra competência linguística e domínio do idioma do qual faz uso.

O estudo da integração fala/escrita se faz de extrema importância, por isso está cada vez mais se exigindo pesquisas neste âmbito. Percebe-se que é possível aliar à teoria a prática e assim revelar uma efetiva apreensão dos conteúdos abordados.

Espera-se que se tenha atingido o objetivo principal deste trabalho, que é colaborar com técnicos e professores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas e, a partir daí, garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. E estes, como cidadãos, sejam capazes de produzir textos eficazes, tanto escritos quanto orais, para as mais variadas situações.

Referências

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, Secretaria de educação Fundamental / MEC, 1998.

ELIAS, Vanda Maria. *Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura*. São Paulo: Contexto, 2011.

FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V.; AQUINO, Zilda. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Reflexões sobre oralidade e escrita no ensino de Língua Portuguesa*. In: ELIAS, Vanda Maria. *Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 13-28.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARCUSCHI, Luís Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Entre a imagem e a palavra: reflexões sobre fala, escrita e ensino*. DVD. Coleção Antônio Marcuschi, 2009.

_____, L. A. *O tratamento da oralidade no ensino de língua*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1993.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

NEGREIROS, Gil. *Marcas da oralidade na poesia de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. *Oralidade e poesia em sala de aula*. In: ELIAS, Vanda Maria. *Ensino de Língua: oralidade, escrita, leitura*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 67-78.

RAMOS, Paulo. *Recursos de oralidade nos quadrinhos*. In: ELIAS, Vanda Maria. *Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 79-104.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.